

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 7 – 1º de julho de 2003



Vejam neste número

Brasil adere à “Cláusula de Ação Coletiva” na dívida externa

Essa cláusula nada mais é do que a reciclagem da proposta de insolvência soberana, de Anne Krueger. (pág 4)

Os verdadeiros privilégios: o lucro dos bancos

Assim como em 2001, lucro dos bancos novamente dobra em 2002. (pág 3)

As imposições do FMI

- Aumento do “Superávit Primário”
- Reformas Previdenciária e Tributária
- A nova Lei de Falências
- A Independência do Banco Central

Vejam os compromissos acertados pelo Governo Lula com o FMI, nas Cartas de Intenções de 28/02/2003 e 28/05/2003. (pág 5)

Elaboração

Rodrigo Vieira de Ávila
Economista – Auditoria Cidadã da Dívida

Números da dívida: os 5 primeiros meses do governo Lula

Vejam quanto o país pagou de juros nos primeiros 5 meses do ano, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado a todas as áreas sociais. (pág 2)

O ufanismo com a conjuntura recente

A retirada de mais US\$ 4 bilhões do empréstimo do FMI e a vinda de capital especulativo para o país causa queda no dólar e no Risco País, provocando ufanismo no governo. (pág 7)

A privatização da Previdência: mais poder para os credores da dívida

A privatização da Previdência dos Servidores Públicos interessa ao grande capital, ávido por mais recursos para especular no mercado financeiro. (pág 8)

Números da dívida – Os 5 primeiros meses do governo Lula

De janeiro a maio de 2003, o Governo Federal, os Estados e Municípios pagaram R\$ 65,3 bilhões de juros, o que correspondeu a 10,12% do PIB (isto é, tudo que o país produziu nos primeiros 5 meses do ano). Somente o Governo Federal gastou R\$ 40,5 bilhões de juros, mas somente conseguiu pagar com dinheiro do orçamento R\$ 28,4 bi (o chamado “Superávit Primário”). Os R\$ 12,1 bilhões restantes o governo paga se endividando mais, isto é, tomando novos empréstimos, numa ciranda sem fim.

Se observarmos a tabela abaixo, que retrata o orçamento federal, veremos que, enquanto foram programados para o ano R\$ 140 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, apenas R\$ 78 bilhões serão destinados a todas as áreas sociais listadas. Quando consideramos o gasto já realizado de janeiro a maio, vemos que foram destinados à dívida mais de R\$ 37 bi, quase o dobro dos R\$ 20 bilhões gastos com todas as áreas sociais listadas (Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária e Energia). E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? Como sempre, não. Se considerarmos somente a dívida mobiliária federal interna, esta passou de R\$ 687,3 bilhões em dezembro de 2002 para R\$ 709,4 bi em maio de 2003. A Dívida Consolidada da União, que soma esta dívida com a externa, chegou a R\$ 1,191 trilhão, na mesma data.

Na tabela abaixo observamos também que, enquanto o governo já gastou até abril 26,48% do que foi programado para o ano com o pagamento da dívida, apenas aplicou 25,76% dos gastos sociais. Além disto, gastos fundamentais estão sendo relegados a segundo plano, como urbanismo, habitação e saneamento, onde quase nada foi gasto, apesar da liberdade que o governo tem para aplicar esses recursos. O gasto com transporte foi, até agora, de apenas 5,66% do que foi programado para o ano. Não é por acaso que as estradas estão completamente abandonadas. O gasto com Reforma Agrária até o momento também foi mínimo, de 8,53%.

GOVERNO FEDERAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado até maio (R\$ mil) (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	2.763.243	779.593	28,21
Assistência Social	8.611.537	2.654.828	30,83
Saúde	27.782.999	9.409.939	33,87
Educação	14.461.899	4.291.140	29,67
Cultura	348.555	53.596	15,38
Urbanismo	912.976	10.984	1,20
Habitação	296.063	0	0,00
Saneamento	224.239	93	0,04
Gestão Ambiental	2.329.203	166.204	7,14
Ciência e Tecnologia	2.093.428	433.444	20,70
Agricultura	8.998.344	1.280.203	14,23
Organização Agrária	1.599.299	136.395	8,53
Energia	2.138.640	559.750	26,17
Transporte	5.389.797	304.905	5,66
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	77.950.222	20.081.074	25,76
SERVIÇO DA DÍVIDA	140.837.259	37.290.067	26,48
Serviço da Dívida Interna	110.440.041	25.122.205	22,75
Serviço da Dívida Externa	30.397.218	12.167.862	40,03

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos, Dezembro, pág 12. Disponível no site:

http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/gestao_orcamentaria.asp

Enquanto isto, a dívida externa atingiu em março de 2003 (segundo a última informação do governo) a cifra de US\$ 233,7 bilhões, o que já reflete os 3 primeiros saques do último acordo com o FMI (que totalizaram US\$ 10 bilhões). Nos primeiros 5 meses de 2003, o comemorado saldo comercial (de US\$ 8 bilhões) continuou sendo totalmente utilizado para pagarmos os juros desta dívida (US\$ 5,1 bilhões), as remessas de lucros das multinacionais aqui instaladas (US\$ 2,1 bilhão), e os serviços contratados do exterior (US\$ 1,7 bi). Ou seja, continuamos a drenar as riquezas do país para o exterior, sob o pretexto de pagarmos os juros de uma dívida que já pagamos. Já a conta de capitais (que inclui os empréstimos e investimentos estrangeiros) somente fechou positiva nos primeiros 5 meses de 2003 pois o FMI entrou com US\$ 4 bilhões em março. Nesse período, a entrada de investimentos diretos (que vem, em tese, para atividades produtivas) foi de apenas US\$ 2,6 bi, bem menos do que o observado no mesmo período do ano passado (US\$ 7,1 bi), o que nos deixa dependentes do capital especulativo.

Os Verdadeiros Privilégios – O Lucro dos Bancos em 2002

Assim como em 2001, lucro dos bancos novamente dobra em 2002

Como se não bastasse ter dobrado os lucros em 2001, o setor bancário novamente dobrou os seus lucros em 2002. Segundo a consultoria Austin Asis, o lucro líquido dos 50 maiores bancos, que em 2001 atingiu R\$ 9,27 bilhões, foi de nada menos que R\$ 17,5 bilhões no ano passado, dinheiro equivalente a 10 orçamentos do Fome Zero.

A rentabilidade média sobre o patrimônio cresceu extraordinariamente 57% (ela era de 15,6% em 2001 e passou para 24,5% em 2002). Esse lucro se deveu, como de praxe, às operações com títulos públicos e ao aumento dos juros que cobram pelos seus empréstimos. Somente cinco bancos (Banespa, Banco do Brasil, Bradesco, Real e Unibanco) responderam por R\$ 9 bi desse lucro, ou seja, quase a metade.

O ganho bruto que os bancos tiveram com os títulos públicos disparou em 2002: aumentou 70%, de R\$ 47,75 bi para R\$ 81,1 bi, devido à alta dos juros (que saíram de 19% em dezembro de 2001 para 25% em dezembro de 2002) e do dólar (que subiu 52,5% em 2002). Enquanto isso, o ganho bruto dos bancos com a concessão de empréstimos aumentou 40% (chegando a R\$ 84 bilhões) devido às altas taxas de juros cobradas do público em geral, enquanto a carteira de crédito cresceu apenas 15%. Ou seja: é completamente desprovido de fundamentos o argumento de que os bancos cobram altas taxas pelos empréstimos para se proteger da inadimplência.

Apesar da taxa de juros no Brasil estar em 26,5%, a taxa média de juros sobre o cheque especial está em 204%, e a sobre o cartão de crédito está em 234%. Segundo levantamento da ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), o brasileiro destina cerca de um terço de sua renda ao pagamento de juros. Ou seja: como se não bastasse ver seus impostos sendo destinados ao

pagamento de juros da dívida pública, o brasileiro ainda tem de destinar grande parte do que sobra para pagar juros diretamente às instituições financeiras.

Mas não é só juros que as pessoas pagam às instituições financeiras. As receitas dessas últimas com tarifas bancárias (pela emissão de cheques, administração de recursos e cartão de crédito) foram de R\$ 21 bilhões em 2002. Esse ganho com tarifas bancárias subiu nada menos que 429,26% desde 1994, pulando de R\$ 3,8 bi para os R\$ 21 bi do ano passado. Em 1994, essas tarifas pagavam apenas 28,9% das despesas com pessoal. Hoje, cobrem 90%, também devido à grande automatização do setor. Ou seja: os bancos, apesar de lucrarem como ninguém, não contribuem para a geração de emprego no Brasil.

O único consolo é que dessa vez o imposto pago pelos bancos pelo menos acompanhou o crescimento de seus lucros em 2002. Porém, isso é muito pouco, considerando-se que, de 1994 a 2001, os 10 maiores bancos privados triplicaram os seus lucros, ao mesmo tempo em que reduziram o pagamento de impostos em 50%.

Atualmente, os bancos pagam uma carga tributária de 16,85% sobre o seu ganho, equivalente à metade da paga pelo setor produtivo (34,76%), segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Segundo o IBPT, além de empregar pouca mão de obra (o que reduz o pagamento ao FGTS e INSS), grande parte das receitas bancárias está livre do ISS e ICMS.

Como se tudo isso não bastasse, os bancos ainda aumentaram sua lucratividade em mais 34% no primeiro trimestre de 2003, em relação ao mesmo período do ano passado.

Está mais do que na hora de apontarmos os verdadeiros privilegiados desse país.

Brasil adere à “Cláusula de Ação Coletiva” na dívida externa

Essa cláusula nada mais é do que a reciclagem da proposta de insolvência soberana, de Anne Krueger

No dia 30 de abril, o Brasil tomou um empréstimo de US\$ 1 bilhão junto aos investidores internacionais, pelo qual pagará 10,7% de juros ao ano (8 vezes mais que os juros pagos pelo governo americano). Dia 10 de junho, o Brasil tomou mais US\$ 1,25 bi no mercado. Esses empréstimos (sendo o primeiro tomado simultaneamente à apresentação das reformas previdenciária e tributária no Congresso), contribuíram para fazer o dólar cair, fazendo crer que as reformas realmente estariam melhorando a performance econômica brasileira. Mas isso é o de menos.

Esses empréstimos, regidos pela lei de Nova Iorque, contiveram as “Cláusulas de Ação Coletiva” (CAC`s), apoiadas pela Secretaria do Tesouro Americano, pelo G-7, e pelo IIF (Instituto de Finanças Internacionais), que agrupa os 300 maiores bancos do planeta. Recentemente, sob pressão do governo americano, o México também contraiu empréstimos aceitando essas cláusulas. O mecanismo das CAC`s prevê que, no caso de impossibilidade de pagamento da dívida, o governo brasileiro renegocie apenas com os detentores de 85% do valor devido, isto é, os principais credores.

As CAC`s nada mais são do que a reciclagem da proposta de Anne Krueger (da “Concordata Soberana”, ou SDRM, na sigla em inglês), que previa, no caso de não pagamento de dívida, a criação de um tribunal no qual os principais credores poderiam impor os termos da renegociação da dívida, incluindo-se aí os famosos ajustes fiscais exigidos pelo FMI. Assim como a SDRM, as CAC`s prevêem que apenas os principais credores imponham os termos da renegociação aos governos, com a diferença de que isso não seria feito em um tribunal, mas por negociação direta. Segundo o IIF, a abordagem das CAC`s é melhor que a da SDRM, pois é baseada no livre mercado (leia-se, o governo tem toda a liberdade de pedir uma redução na dívida, e os banqueiros têm toda a liberdade para negar), e também porque um tribunal nos moldes da SDRM poderia ser favorável aos devedores...

As duas propostas visam sanar um problema dos credores. Nas últimas décadas, a pulverização de dívidas contratuais em títulos detidos por milhares de investidores tem atrapalhado a atuação coordenada desses em um processo de negociação das dívidas, tirando-lhes o seu tradicional poder de barganha frente aos governos. Ao limitar a renegociação das dívidas apenas a uma maioria de credores, tanto as CAC`s como a SDRM recuperam o poder dos grandes especuladores, que assim podem impor suas decisões aos demais.

Essas propostas também visam resolver um problema do FMI. O Fundo, finalmente convencido de que as suas políticas de liberalização comercial e financeira fracassaram (isto é, ocasionaram a insolvência dos países em desenvolvimento), discute agora como lidar com o problema - leia-se: como garantir aos grandes credores o recebimento dessas dívidas - sem precisar gastar com mais empréstimos aos países endividados. Ou seja: o Fundo simplesmente lava as mãos, como fez com a Argentina.

Coincidência ou não, a imposição do uso das CAC`s pelo governo americano vem simultaneamente à imposição a vários países, pelo FMI, de uma nova Lei de Falências, que possui um mecanismo bastante semelhante: apenas os maiores credores definirão os termos da reestruturação da dívida. Na Argentina, essa Lei foi imposta pelo Fundo, e permitiu aos investidores estrangeiros comprarem livremente as empresas daquele país, visto que essas estavam altamente endividadas no exterior. É bom lembrar também que, no Brasil, nos últimos 10 anos, a dívida externa privada mais que duplicou, passando de US\$ 55,1 bi para US\$ 120 bi atualmente.

Assim, o grande capital internacional fecha seu cerco, tratando os estados insolventes como meras empresas falidas, negligenciando completamente as dívidas sociais, ou as auditorias da dívida. Para as dívidas externas públicas, as CACs. Para as dívidas externas privadas, a nova Lei de Falências.

As imposições do FMI

Vejam os compromissos acertados pelo Governo Lula com o FMI, nas Cartas de Intenções de 28/02/2003 e 28/05/2003

O “World Economic Outlook” (Perspectiva Econômica Mundial), divulgado dia 3 de abril pelo Fundo Monetário Internacional, prega que os países devem promover a abertura comercial, a independência do Banco Central, e a diminuição do papel das suas legislações trabalhistas (e de seus sindicatos) para que o desemprego diminua.

De fato, o próprio ministro Antônio Palocci reclama das exigências do Fundo em entrevista à Folha de São Paulo (de 14 de abril), na qual ele discorda das imposições do FMI, e diz que essa instituição não tem atenção para problemas sociais. Apesar disso, no dia 28/02/2003, Palocci e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, assinaram Carta de Intenções ao FMI, se comprometendo atender a diversas imposições do Fundo, explicitadas abaixo.

O velho Superávit Primário

A primeira das exigências é a mais conhecida: o superávit primário, isto é, o desvio de recursos para o pagamento de juros da dívida. O governo não só se comprometeu a aumentá-lo de 3,88% para 4,25% do PIB, cortando R\$ 14 bilhões do orçamento (retirando 80% dos recursos destinados a áreas como Direitos Humanos, Mulheres, Esporte, Integração Nacional e Cidades), como também afirmou: “*O governo tem o compromisso de gerar, no médio prazo, superávits primários suficientes para garantir o gradual declínio da relação dívida/PIB. Com este objetivo, metas fiscais para 2004-06 serão submetidas ao Congresso, em abril, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004*”. Ou seja: o superávit primário será o que for necessário para reduzir a dívida, durante todo o Governo Lula.

Ora, se no período FHC foram gerados enormes superávits primários, e a dívida não parou de subir (ver gráfico na próxima página), onde iremos chegar com essa política suicida? Até quando teremos de gastar com juros o dobro de todas as áreas sociais?

A “Reforma” da Previdência

Outro ponto da Carta de Intenções diz respeito à reforma Previdenciária, onde o governo se compromete a retirar direitos e privatizar a previdência dos seus próprios servidores. Diz a Carta: “*Com este propósito,*

estão sendo examinadas diversas opções, incluindo o aumento da idade para a aposentadoria, a elevação no número de anos de contribuição que dá direito a uma aposentadoria, assim como uma revisão das regras que regem as pensões. (...) A votação do Projeto de Lei Complementar regulando a aposentadoria complementar para o setor público (PL9) continua entra as prioridades do governo e fará parte das reformas da previdência”. Não por acaso, foi exatamente essa a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso dia 30 de abril. O estabelecimento de um teto de aposentadoria e a formação de fundos complementares de previdência não significam outra coisa a não ser a privatização (ver artigo na pág 8).

A “Reforma Tributária”

Outra exigência do FMI é a de que, na reforma tributária, não haja perda de arrecadação, para – evidentemente - não se comprometer o pagamento de juros. Como não se está prevendo, na reforma, a inversão da lógica tributária no Brasil, onde os tributos sobre o consumo - até mesmo de produtos da cesta básica - respondem por 70% da arrecadação (inversamente aos países desenvolvidos, onde a maioria dos tributos incidem sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos), os trabalhadores e consumidores continuarão a pagar a conta do endividamento. Enquanto isso, os banqueiros, que recebem os juros da dívida, continuarão privilegiados por isenções e brechas legais.

A Lei de Falências

Outro compromisso acertado pelo governo com o Fundo diz respeito à elaboração de uma nova Lei de Falências, nos moldes da que o FMI impôs à Argentina, ano passado. Atualmente, quando uma empresa vai à falência, a prioridade é o pagamento dos direitos trabalhistas e das dívidas fiscais, em detrimento aos demais credores. Com a nova lei, não será mais dada prioridade aos créditos tributários, nem aos créditos trabalhistas acima de 150 salários mínimos por trabalhador (e 75, no caso de pequenas empresas), privilegiando-se os grandes credores, principalmente instituições financeiras. Empresas estatais e de economia mista poderão entrar no mesmo esquema através de lei

específica. Na Argentina, essa lei permitiu que empresas falidas, endividadas no exterior, fossem compradas por estrangeiros sem nenhuma restrição, acentuando o processo de desnacionalização produtiva, que também ocorreu no Brasil nesses últimos 8 anos.

O governo e os demais defensores dessa lei alegam que, atualmente, a concessão de crédito bancário no Brasil é muito baixa, e os juros cobrados pelos bancos que concedem empréstimos a empresas é muito alto, devido ao risco dessas irem à falência, e assim, não pagarem esses financiamentos. Na visão dessas pessoas, para que os bancos possam abaixar seus juros e expandir o crédito, deve ser facilitado o recebimento, por esses, dos ativos das empresas falidas.

Esses defensores ignoram que os bancos emprestam pouco e mantêm suas taxas altas pois constituem um verdadeiro oligopólio (Bradesco, Itaú e Unibanco controlam 43,3% do mercado), e podem receber os juros mais altos do mundo aplicando em títulos públicos. Além do mais, recentes concessões aos bancos não se traduziram em redução dos juros dos empréstimos, como a redução do compulsório bancário de 75% para 60% nos 2 últimos anos, ou a redução do IOF, de 15% em 1999 para 1,5%, atualmente.

A Independência do Banco Central

Outra promessa do governo ao FMI é a Independência do Banco Central, que daria mandatos fixos ao seu presidente e diretores. Dia 2 de abril, o governo aprovou no Congresso a Emenda Constitucional 53, de autoria de José Serra (cabe lembrar, adversário de Lula na eleição do ano passado), que acaba com a

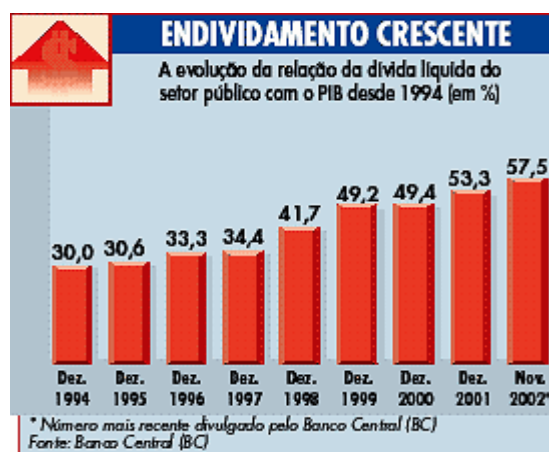
limitação dos juros reais a 12% ao ano, permite a regulamentação do sistema financeiro de forma fatiada (por várias leis) e permite a aprovação da independência do BC apenas com maioria simples no Congresso (257 deputados), e não mais 3/5 (308 votos).

Ora, se cabe ao Banco Central implementar medidas cruciais para a mudança do atual modelo econômico, como a mudança na gestão da dívida, a queda nas taxas de juros, ou controles de capital e de câmbio, porque se conceder mandatos fixos ao seu presidente? E se o povo conseguir pressionar o governo a realizar essas medidas, mas o presidente do Banco Central for contra? Como fica a posição do governo, que foi eleito pelo povo? É importante ressaltar que o próprio Lula tem discordado da autonomia das “agências reguladoras”, alegando que elas aumentam as tarifas públicas independentemente de sua vontade.

A Carta de 28 de maio de 2003

Não é por acaso que, em sua última carta de intenções ao FMI, de 28 de maio de 2003, o governo afirmou: *“Todos os critérios de desempenho desta revisão foram cumpridos e houve avanços nas discussões voltadas para a votação de uma nova Lei de Falências no Congresso ainda neste ano. Os parâmetros estruturais de final de junho, relativos ao envio das reformas tributária e previdenciária ao Congresso, foram atingidos antes do prazo. As perspectivas econômicas permaneceram, de um modo geral, inalteradas e estamos confiantes em relação ao cumprimento dos critérios de desempenho do programa”*

Não é por acaso que o governo brasileiro é efusivamente elogiado pelo FMI e pelo G-7.



Extraído do Jornal “O Estado de São Paulo”, de 1º de janeiro

O ufanismo com a conjuntura recente

Nos últimos dias, temos sido bombardeados pelo governo – acompanhado da grande imprensa – com notícias sobre a “recuperação da economia brasileira em 2003”, baseada na melhora de índices como o dólar, o risco país e a inflação. A queda de 37% no risco país e a de 14% do dólar em 2003 (que gerou a queda da relação Dívida/PIB de 56,5% em fevereiro para 53,6% em maio, visto que a dívida está indexada à moeda americana) estão sendo utilizadas pelo governo para sustentar que a atual política econômica é boa, e que qualquer alteração nela será prejudicial ao país.

Porém, essa “melhora” não foi causada pela atual política econômica brasileira, mas pela retirada de mais US\$ 4 bilhões, em março, do empréstimo do FMI (o que só aumenta a nossa dependência), pela tomada de mais dois empréstimos (no total de US\$ 2,25 bilhões) junto aos investidores internacionais no dia 28 de abril (sobre os quais incide a “Cláusula de Ação Coletiva”, descrita no artigo da pág 4) e pela vinda de capital especulativo para todos os países emergentes, em um contexto de guerra e baixas taxas de juros (as menores em 30 anos) nos países desenvolvidos. A prova disso é que, desde o início do ano, quase todos os países em desenvolvimento também tiveram quedas em seus “riscos”, sendo que Nigéria, Equador, Peru, Ucrânia e Egito também tiveram quedas de mais de 30%.

Dessa forma, o governo inunda o mercado com dólares emprestados (pelos quais pagamos juros altíssimos), fazendo cair artificial e temporariamente a cotação da moeda americana, o que gera a queda – também artificial e temporária – da dívida e da inflação.

Diante desse ufanismo governista, nem parece que o Brasil continua possuindo o 5º maior “risco” do mundo, pagando atualmente 7% a mais de juros ao ano que os EUA para atrair investidores, o que nos obriga a pagar 8 vezes mais pela nossa dívida que os americanos. Nem parece também que continuamos destinando a maioria do nosso orçamento para pagar apenas uma pequena parte dos juros devidos (impedindo investimentos sociais), e que nosso saldo comercial com o exterior continua sendo totalmente destinado para o pagamento dos juros da dívida, os lucros das multinacionais, e a contratação de serviços estrangeiros. Também nem parece que o desemprego não pára de subir. Em fevereiro, ele

estava em 11,6%, passou para 12,1% em março, e atingiu 12,4% em abril. Os empregos formais e o rendimento dos trabalhadores também não páram de cair. Isso é uma situação boa, como o governo quer nos fazer crer?

Esse capital especulativo vem para o país apenas para ganhar altas taxas de juros, ou é captado pelos bancos brasileiros para comprar títulos da dívida interna, o que lhes garante os altos lucros de sempre, sem precisar mexer uma palha, ou gerar um só emprego. E o pior, a qualquer sinal de crise no Brasil, ou mesmo em qualquer parte do mundo, esse capital sai com total liberdade, gerando crises cambiais, o que nos obriga a aumentar as taxas de juros a níveis estratosféricos, bloqueando o crescimento econômico.

Por outro lado, a entrada no país de investimento direto (que vem, em tese, para atividades produtivas) de janeiro a maio, de US\$ 2,6 bi, foi bastante inferior ao observado no mesmo período do ano passado (US\$ 7,1 bi), e nossas contas externas só fecharam nestes primeiros 5 meses de 2003 devido ao aporte do FMI, de US\$ 4 bi. Em suma: continuamos totalmente submissos ao FMI e suas imposições, e ao sabor dos ventos dos capitais especulativos.

Nos últimos 8 anos, tivemos crises cambiais em 6 deles (1995, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002), com o governo sempre afirmando, nos breves momentos de calma, que estava colhendo os frutos do ajuste fiscal, e que a partir dali teríamos crescimento, empregos... Não é por acaso que, nesses 8 anos, o desemprego triplicou, e a taxa de crescimento foi ridícula.

Para que o governo Lula possa, efetivamente, cumprir as principais promessas de campanha, ou seja, a geração de empregos (considerada por Lula como a sua obsessão), e o crescimento econômico, as taxas de juros devem cair, e os recursos do orçamento público devem ser destinados para investimentos sociais, como, por exemplo, obras de habitação e saneamento, até abril totalmente negligenciadas.

Ou seja, para o governo dar certo, deve ser enfrentada a questão do endividamento, para que o presidente Lula não tenha a mesma ilusão que teve De La Rúa: a de poder resolver a crise sem deixar de se submeter aos seus credores.

A privatização da Previdência: mais poder para os credores da dívida

A privatização da Previdência dos Servidores Públicos interessa ao grande capital, ávido por mais recursos para especular no mercado financeiro

O economista francês Francois Chesnais, em seu livro “Tobin or not Tobin”, destaca o poder que as instituições financeiras adquiriram nas últimas décadas, como resultado da política de desregulamentação financeira exercida pelos governos, e estimulada pelo FMI, Banco Mundial e pelo governo americano. Desde a década de 80, os governos começaram a pedir dinheiro emprestado ao setor financeiro, ao invés de taxá-lo com impostos, o que, em um contexto de altas taxas de juros, leva ao aumento sem fim da dívida pública.

As instituições financeiras e fundos de investimento, em grande medida, alimentados pelos recursos dos fundos de pensão, se tornam capazes de subjugar países inteiros, tendo sido responsáveis, por exemplo, pelo ataque especulativo que praticamente demoliu as moedas européias em 1992, segundo um estudo do próprio FMI, citado pelo autor. Somente nos EUA, em 1995, o valor dos ativos dos fundos de pensão atingia US\$ 4,7 trilhões, os das companhias de seguro US\$ 3 trilhões, e os de outros fundos de investimento US\$ 3,5 trilhões. Somando-se tudo, chegamos a US\$ 11,3 trilhões, o equivalente a 138% do PIB americano, ou 1/3 do PIB mundial. Todo esse poder permite às instituições financeiras criarem a chamada “ditadura dos credores”, nos termos do economista Jean-Paul Fitoussi.

E é exatamente essa ditadura que tem levado o Brasil a se sujeitar aos especuladores, aceitando que esses ataquem a nossa moeda, ainda remunerando-os servilmente, com o pagamento de juros escorchantes e a variação do câmbio, manipulado escandalosamente por esses mesmos especuladores.

Atualmente, para se privatizar a previdência e dar mais poder a esses setores rentistas, assistimos a campanha de mídia semelhante à da época das privatizações de Collor e FHC: mostra-se, através de estatísticas manipuladas, que os sistemas estatais somente dão prejuízo. O que se traduz agora no falso “rombo” de R\$ 17 bilhões no INSS, e de R\$ 39 bilhões anuais da previdência dos servidores públicos (sendo R\$ 23 bi na União, R\$ 14,5 bi nos Estados e R\$ 2,4 bi nos municípios). O governo também alega que esse “rombo” provém de privilégios no serviço público, com a concessão de aposentadorias de até R\$ 27 mil, acima do valor ganho pelo Presidente da República.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que já há na Constituição dispositivo que impede a concessão de aposentadorias acima do ganho dos ministros do STF

(R\$ 17 mil). É só aplicar a lei. E, segundo o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento (de janeiro de 2003), apenas 4,1% dos 382 mil servidores civis aposentados do poder executivo ganham mais de R\$ 8.500, salário do Presidente da República. Ou seja, são apenas casos isolados, ao contrário do que propala a grande mídia.

Ora, é evidente que esse “rombo” não é causado pelas aposentadorias milionárias, mas é fabricado quando o governo compara as atuais contribuições dos servidores (e as que o governo deveria fazer) com o pagamento de aposentadorias e pensões, se “esquecendo” de que, de 1938 a 1988 - quando o sistema previdenciário dos servidores estava em seu início e, portanto, haviam muito mais contribuintes do que beneficiários - as contribuições dos servidores foram desviadas para obras como a construção de Brasília, da Ponte Rio Niterói, Itaipu, entre outras. Ou seja, 50 anos de contribuições dos servidores simplesmente sumiram.

E o governo também se “esquece” de dizer que, desde 1938, nunca depositou a cota patronal (como qualquer patrão do setor privado deposita), já que o regime de previdência dos servidores nunca foi um sistema propriamente de previdência, mas o chamado regime *pro-labore facto*, ou seja, há um contrato: o governo se abdicou de pagar a sua cota patronal, mas posteriormente garante a aposentadoria do servidor.

Outro detalhe “esquecido” pelo governo é o desmonte do estado ocorrido nos últimos anos. De 1988 a 2002, o número de servidores federais ativos do poder executivo caiu abruptamente, de 750 mil para 450 mil. Caso esse número tivesse meramente acompanhado a evolução populacional do país, hoje teríamos o dobro do número atual de funcionários, cujas contribuições previdenciárias praticamente anulariam o déficit alegado pelo governo na previdência desses servidores.

O governo – acompanhado da grande mídia - argumenta que o custo das aposentadorias é muito grande, e “explodirá” brevemente. O que é refutado pelos próprios dados do governo. De 1995 a 2002, os gastos com aposentadorias e pensões na União (incluindo servidores militares) caíram drasticamente, de 22,5% para 16% da Receita Corrente Líquida, enquanto o gasto com ativos também caiu fortemente, de 28,14% para 18,96%. E, pelas projeções do próprio governo, o “déficit” da previdência dos servidores públicos federais cairá, de

0,99% do PIB, atualmente, para 0,33% daqui a 30 anos.

Como forma de reduzir esse “rombo” das aposentadorias, o governo propõe a taxação dos inativos - medida notoriamente inconstitucional - que ganham mais de R\$ 1.058 (em um país no qual o mínimo existencial calculado pelo DIEESE é de R\$ 1.557), o aumento da idade de aposentadoria e a criação de um teto - já existente para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abriga os trabalhadores do setor privado - de R\$ 2.400 para a aposentadoria dos novos servidores, o que não significa outra coisa a não ser a privatização da Previdência. Isso pois, para se aposentar com mais que isso, esses servidores terão que contribuir para fundos privados de Previdência.

Isso sem falar na nova forma de cálculo da aposentadoria, que considerará todos os vencimentos do servidor desde que começou a trabalhar. Isso irá prejudicar principalmente os servidores que ganham menos, uma vez que esses começaram sua carreira em funções menos remuneradas. **Ou seja: é falacioso o argumento de que a reforma vem para “acabar com privilégios”.**

Ora, porque o governo teima em quebrar o contrato que fez com os servidores, por causa de um falso déficit anual de R\$ 39 bi, ao mesmo tempo em que reafirma interminavelmente o compromisso com os contratos com os credores da dívida pública, que somente no ano passado engoliram nada menos que R\$ 190 bilhões? **É como se houvesse, no país, cidadãos de primeira e segunda classe. De um lado, os banqueiros e especuladores do mercado financeiro, os verdadeiros privilegiados desse país, que tudo podem, e de outro, os demais cidadãos, cujos direitos podem ser desrespeitados a qualquer momento, visto que não têm poder político.**

A reforma irá gerar uma economia de R\$ 56 bilhões nos cofres públicos nos próximos 30 anos, enquanto o gasto com juros da dívida já foi de R\$ 65 bilhões apenas nos 5 primeiros meses desse ano!

O governo diz que a instituição de um teto de R\$ 2.400 não afetará a maioria dos servidores, que ganham menos que esse valor. Porém, assim o governo ignora que o índice de reajuste desse teto será pelo INPC, que sempre indica a menor inflação. É sempre bom lembrar que a instituição desse índice para o teto do RGPS o fez cair de 10 salários mínimos para 7,8 nos últimos anos.

O governo também argumenta que a reforma seria uma condição *sine qua non* para o controle das contas públicas (para que o país possa crescer...), mas, novamente, os próprios dados oficiais refutam essa argumentação. A instituição do teto irá gerar prejuízo de R\$ 4,7 bilhões para as contas públicas

apenas até 2010, uma vez que o governo continuará a pagar as atuais aposentadorias, terá de pagar a sua cota patronal para os fundos privados, e não mais receberá as contribuições previdenciárias dos servidores, que também irão para esses fundos.

Para tentar convencer os servidores de que o estabelecimento do teto seria uma boa política, o governo propala que esses fundos não seriam privados, ou geridos pelos bancos, mas pelos próprios servidores, em conjunto com o governo, nos moldes dos fundos de pensão dos funcionários das estatais (como a Previ ou a Petros). Porém, o governo remete a regulamentação da forma de gestão desses fundos a uma legislação complementar, que pode ser facilmente modificada, e não define se o sistema será de “benefício definido” (BD - modalidade predominante nos países desenvolvidos, na qual a pessoa sabe qual será o valor de sua aposentadoria) ou “contribuição definida” (CD - onde não se sabe o valor da aposentadoria, pois essa dependerá do imprevisível mercado financeiro).

É ilustrativo o que ocorreu nos últimos anos com os fundos de pensão dos empregados da Petrobrás e da CEF. Segundo a AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) e a FENAE (Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa), o governo, seguindo orientações do FMI, tem modificado os planos de previdência desses fundos, tornando-os exclusivamente de “contribuição definida” (CD). O governo tem forçado os funcionários a migrar para esses planos através de ameaças como demissão, aumento das contribuições previdenciárias, ou mesmo através de bonificações para aqueles que convencerem seus colegas a migrar. Parcos aumentos de salários (já corroídos por anos sem reajuste) também são oferecidos para aqueles que decidirem aderir aos planos “CD”. A mudança para essa modalidade transferirá o ônus das aposentadorias para os funcionários, que arcarão com qualquer perda de seus fundos, aplicados no sempre arriscado mercado financeiro.

E, atualmente, basta uma simples resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) - atualmente composto pelo Presidente do Banco Central (ameaçado de se tornar independente), e pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento - para se definir para onde irão os recursos desses fundos.

E nem é preciso nenhuma modificação nessa legislação para que os banqueiros e especuladores coloquem a mão nesse dinheiro: as últimas resoluções do CMN definem que esses fundos devem aplicar seus recursos, preponderantemente, em aplicações de renda fixa, ou seja, títulos da dívida pública, ou fundos das instituições financeiras (bem avaliadas por agências de classificação de risco, digase de passagem...). Basta vermos os dados constantes no Informe Estatístico do Ministério da Previdência Social, de dezembro de 2002, para constatarmos que

os verdadeiros gestores dos Fundos de Pensão são, na verdade, os especuladores: metade (52%) dos investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Públicas (Fundos de Pensão das Estatais) são aplicadas em renda fixa, sendo a maioria em fundos de instituições financeiras (31% das aplicações). A outra metade é aplicada principalmente em ações (19,5%), fundos de investimento (também de instituições financeiras, que assim conseguem mais 15% dos recursos dos Fundos de Pensão) e imóveis (7%). Ao final das contas, vemos que as instituições financeiras ficam, diretamente, com quase a metade (46%) dos investimentos dos Fundos de Pensão, razão pela qual os bancos e os especuladores são os principais interessados na privatização da previdência dos servidores públicos.

Além de entregar esse filão para os banqueiros e para os especuladores do mercado financeiro, o governo ainda torna incerta a aposentadoria do seu próprio servidor, uma vez que o mercado financeiro é extremamente sujeito a oscilações. É ilustrativa a análise do modelo de previdência privada no Chile, onde a oscilação do valor dos benefícios causou enorme desconfiança e evasão do sistema, que gerou a falta de cobertura previdenciária, jogando novamente nas costas do estado a garantia da sobrevivência dos aposentados. Mais uma vez, não há melhor descrição dos efeitos nocivos da “Reforma da Previdência” que a feita pelo próprio Ministério da Previdência, no seu Informe de Previdência Social, de dezembro de 2001:

“A redução da cobertura tem implicado o aumento dos gastos com benefícios assistenciais e com os subsídios para os benefícios mínimos no Chile. Este passivo social tem recaído sobre as contas públicas. (...) Outro elemento que pode explicar a redução da cobertura é a vulnerabilidade do valor dos benefícios às oscilações do mercado. A taxa real anual de rentabilidade média dos investimentos dos fundos de pensão em 1995 e 1998 foi, respectivamente, de -2,5% e -1,1%. Os trabalhadores que se aposentaram nesses anos tiveram uma perda expressiva e irrecuperável no valor dos seus benefícios (...) Nessa época, as autoridades locais aconselharam os segurados a postergarem a aposentadoria, esperando que os mercados melhorassem. Entretanto, para a maior parte dos trabalhadores essa opção não foi possível de ser exercida, principalmente em razão da retração econômica e aumento do desemprego. A imprevisibilidade do valor do benefício, que pode variar ao sabor das oscilações de mercado, consiste em um fator de insegurança, quando o papel fundamental de um sistema previdenciário deveria ser justamente de conferir proteção e segurança ao trabalhador e sua família. Essa incerteza acaba por

se configurar em desestímulo à filiação ao sistema, constituindo-se também em uma das causas da diminuição da cobertura.” Informe de Previdência Social, dezembro de 2001, Ministério da Previdência.

Já na Argentina, após a privatização da previdência ocorrida nos últimos anos, 90% dos recursos dos fundos de pensão foram aplicados em títulos da dívida argentina. Com a quebra do nosso país vizinho, esses fundos estão falidos, e a primeira medida proposta pelo novo presidente Kirchner foi a re-estatização da previdência.

Esse processo ocorreu também no Brasil ano passado, quando da chamada “marcação a mercado dos títulos públicos”, ocasião na qual houve queda abrupta, do dia para a noite, no valor dos ativos dos fundos de pensão. Com a dívida pública em alta, a crença de que tais títulos poderiam ser pagos se deteriorou, junto com o valor de mercado desses títulos. Assim, os fundos de pensão que aplicavam seu patrimônio em títulos da dívida perderam bilhões. É claro que tal perda não atingiu os bancos, já que eles têm o costume de ficar com os títulos de menor prazo e indexados ao câmbio (ou seja, o “filé”), e repassar os “micos” para os pequenos investidores e os fundos de pensão.

No mundo, com a quebra das bolsas nos últimos anos, os fundos de pensão estão em xeque. No Brasil, fundos (como a Previ, por exemplo) não têm conseguido atingir as metas atuariais, visto que o índice Ibovespa (da bolsa de valores) não tem sido satisfatório. Ou seja: a sobrevivência na velhice dependerá do Ibovespa!

A privatização da previdência apenas interessa ao setor financeiro, como demonstrado em uma recente notícia do Estado de São Paulo, de 16 de junho de 2003: *“O debate sobre a reforma da Previdência (...) está tendo um efeito inesperado. A discussão chamou a atenção de pessoas de menor renda para a necessidade de abrir um plano de previdência complementar. (...) É crescente a abertura de planos com valores mínimos de R\$ 25,00 mensais por pessoas já amparadas pelo teto atual do INSS (de R\$ 1.561,56). (...) a tendência está sendo verificada em praticamente todos os bancos de varejo na comercialização da previdência aberta.”*

Diante da situação difícil do Brasil, os defensores do governo costumam argumentar que ele recebeu uma herança pesada do governo anterior, e por isso deveríamos esperar até que se possa corrigir o rumo. Porém, quebrando direitos dos trabalhadores e fortalecendo ainda mais os nossos maiores inimigos (os especuladores do mercado financeiro), parece que o governo não apenas manteve o rumo do governo anterior, como também está acelerando ainda mais o passo.